



JORNAL DA APUB SINDICATO

EDIÇÃO ESPECIAL Nº 82 | JUNHO 2024
GESTÃO 2022-2024: DE MÃOS DADAS COM A
DEMOCRACIA, PELA UNIVERSIDADE E POR DIREITOS



APUB
SINDICATO



PRO
IFES
CUT
BAHIA

Defender a Universidade Pública é motor histórico da APUB

■ EDITORIAL

A APUB chega em junho de 2024 em momento de greve das categorias docente e técnico-administrativa em muitas das universidades e institutos federais de ensino, trazendo na sua trajetória acúmulos em torno da defesa da educação pública, que abarca, necessariamente, a sua sustentabilidade financeira.

Durante os governos Temer e Bolsonaro, assistimos a queda brusca do financiamento público para a educação superior e ciência e tecnologia, aliada aos cons-

tantes ataques direcionados às Universidades, especialmente aos docentes. Essas ações buscavam o desmonte do Estado e suas políticas públicas redistributivas, ameaçando os direitos dos/as servidores/as públicos, cujo papel é fundamental para a garantia de direitos sociais em um país imerso em desigualdades profundas.

Agora, temos o desafio de reverter os enormes déficits orçamentários da educação superior, além de conquistar

a valorização dos/as trabalhadores/as da educação. A luta é árdua, constante e, para a Apub, histórica, orientada por uma prática sindical democrática e propositiva.

Nessa edição, retomamos um pouco da história mais recente da Apub na luta por recomposição orçamentária, com dados sobre o desinvestimento e dos últimos anúncios do governo federal e, por fim, um panorama da situação das IFES no território baiano.

Situação das IFES: mesa aborda especificidades do ensino superior na Bahia

■ ORÇAMENTO

A luta histórica pelo financiamento das

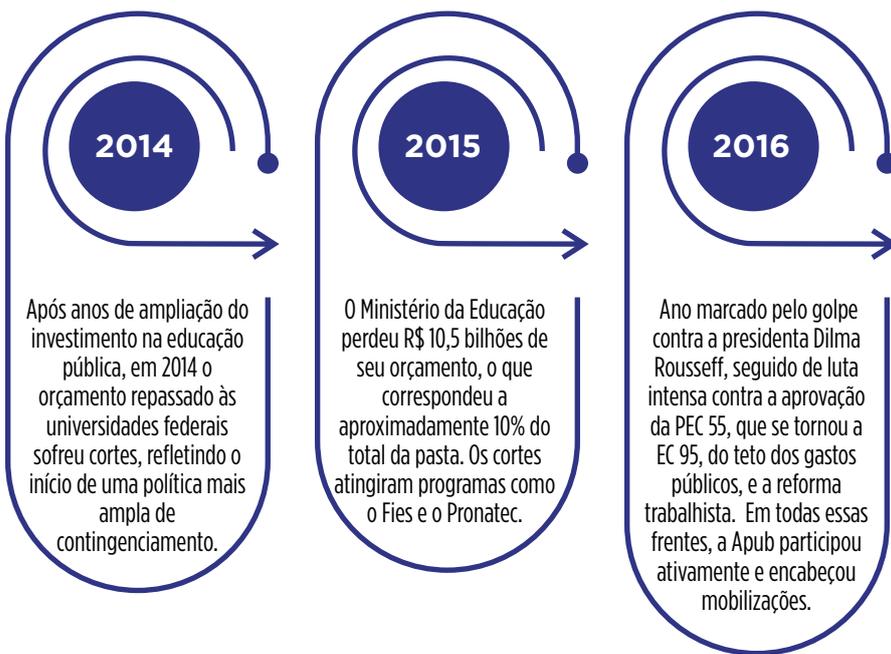
A disputa pelo orçamento público e pelo investimento nos serviços públicos é o cerne da luta histórica da classe trabalhadora em defesa de direitos fundamentais. Garantir a educação pública de qualidade, especialmente o ensino superior e sua democratização, não são tarefas pontuais, são históricas e contínuas. Para a Apub, é a própria razão de existir e é *pari passu* com a necessária valorização da categoria.

Após um ciclo de expansão e democratização do ensino superior público,

iniciou-se em 2015 cortes e perdas orçamentárias, que acumuladas chegaram, em 2023, à marca de R\$ 117,71 bilhões, de acordo com o relatório publicado pelo Observatório do Conhecimento (OdC). O orçamento até então previsto em Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2024, R\$ 19,07 bilhões, equivale a apenas 44% do que foi empenhado em 2014 e os recursos anunciados trazem um pouco mais de fôlego para as IFES.

Como estratégia de denúncia do des-

financiamento do ensino superior público, a Apub participou de inúmeras mobilizações, locais e nacionais, em conjunto com as demais categorias; denunciou, desde o início, o golpe contra Dilma Rousseff, que abriu as portas para o aprofundamento da política neoliberal e a tentativa de privatização dos serviços públicos, como a proposta do Future-se (esta derrotada), a EC 95 do teto dos gastos e as Reformas Trabalhista e da Previdência. Em 2017, a Apub somou-se à Campanha Financiamento Sem Cortes.



Universidades e Institutos Federais

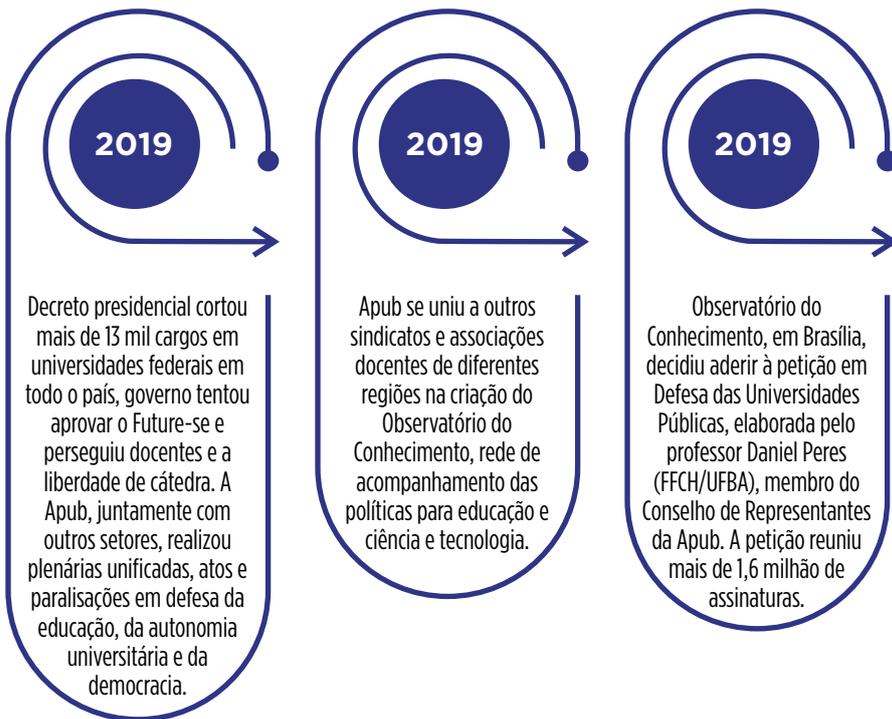
No período de 2018-2019, o corte de recursos do Ensino Superior Público chegou a R\$ 5 bilhões. A eleição do governo Bolsonaro representou o aprofundamento da crise econômica nas universidades, com o agravamento dos ataques a docentes e pesquisadores. Em 2019, o sindicato participou da criação do Observatório do Conhecimento (OdC), com intuito de monitorar as políticas sobre os orçamentos das Universidades e da Ciência e Tecnologia, sempre em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade e atuando em dois prin-

cipais eixos: o enfrentamento ao desinvestimento e a denúncia de medidas e práticas de perseguição ideológica à comunidade acadêmica.

À medida que aumentava o estrangulamento financeiro, as universidades passaram a depender cada vez mais de recursos liberados via emendas parlamentares. O relatório do OdC denunciou que, em 2023, as emendas representaram 11,85% do orçamento total dessas instituições, quando em 2014 representavam apenas 1,57%.

Em maio deste ano, o MEC recompôs o orçamento em R\$ 347 milhões, sendo R\$ 242 milhões para universidades e R\$ 105 milhões para institutos federais. Em 10 de junho, o Governo Federal anunciou R\$ 5,5 bilhões para as instituições federais de ensino, com recursos do novo PAC. Essas medidas são, sem dúvida, uma resposta às denúncias e mobilizações das categorias, e esse movimento não pode parar, dentro ou fora da greve!

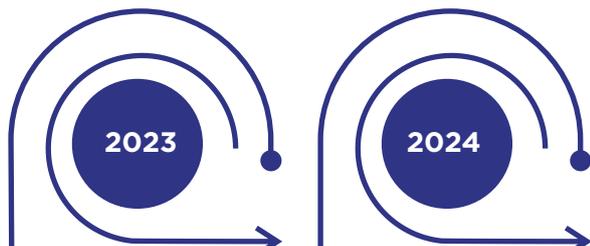
Confira um resumo das lutas da Apub no período de 2014 até o momento.



2019
Decreto presidencial cortou mais de 13 mil cargos em universidades federais em todo o país, governo tentou aprovar o Future-se e perseguiu docentes e a liberdade de cátedra. A Apub, juntamente com outros setores, realizou plenárias unificadas, atos e paralisações em defesa da educação, da autonomia universitária e da democracia.

2019
Apub se uniu a outros sindicatos e associações docentes de diferentes regiões na criação do Observatório do Conhecimento, rede de acompanhamento das políticas para educação e ciência e tecnologia.

2019
Observatório do Conhecimento, em Brasília, decidiu aderir à petição em Defesa das Universidades Públicas, elaborada pelo professor Daniel Peres (FFCH/UFBA), membro do Conselho de Representantes da Apub. A petição reuniu mais de 1,6 milhão de assinaturas.



2023
Apub e PROIFES participaram de uma série de mobilizações em Brasília e o sindicato realizou roda de conversa sobre orçamento das IFES. O governo federal anunciou a liberação de R\$ 2,44 bilhões para as universidades federais, que tratou a recomposição como medida emergencial para o funcionamento das universidades e institutos federais.

2024
Em março e abril, lançamos uma campanha em defesa do reajuste salarial e recomposição orçamentária pela APUB. Em maio e junho, a greve nas universidades públicas federais acumularam para uma luta em torno da valorização da universidade pública, por reajuste salarial, recomposição orçamentária da educação superior, ciência e tecnologia e aprovação da política nacional de assistência estudantil.



■ IFES BAIANAS

Situação das IFES: mesa aborda especificidades do ensino superior na Bahia

O desfinanciamento do ensino superior, que atinge de modo crítico universidades e institutos federais de todo o Brasil, impacta a Bahia de modo ainda mais acentuado. Formada por seis Universidades, das quais cinco são muito jovens, e dois Institutos, a rede de ensino superior federal do estado carece de recursos para consolidação.

Desde 2015, as verbas foram reduzindo gradativamente e como resultado, universidades que não conseguiram garantir sua expansão amargam com a falta de estrutura básica em um estado com grande demanda reprimida de vagas de ensino superior.

O tema foi debatido na mesa "Situação das IFES no território baiano" (disponível no canal da Apub no YouTube) - evento ocorrido no mesmo dia do anúncio do Governo Federal de recursos na ordem de R\$ 5,5 bilhões para consolidação e expansão das universidades. O debate foi aberto por Paulo Gabriel Nacif, ex-reitor da UFRB, que fez um resgate histórico da ampliação da rede de universidades federais na Bahia. Também acentuou uma mudança territorial na categoria docente: "nessa década de 2010 a 2020, pela primei-

ra vez passamos a ter mais professores universitários federais no interior da Bahia do que na capital".

Diretora do campus dos Malês, em São Francisco do Conde, Mirian Sumica Reis conhece de perto a importância da interiorização e os desafios de ser um campus novo. Os Malês/Unilab funciona há dez anos na Bahia, período de grande desinvestimento no ensino superior: "A Unilab funciona há dez anos no mesmo prédio, cedido pela prefeitura (de São Francisco do Conde). Foram quase 6 anos com uma obra paralisada. Foi preciso a volta do presidente Lula e uma articulação com o governador do estado e com ministros para ter os recursos para retomar a obra", avaliou.

Jaques Antonio de Miranda, reitor da UFOB, destaca outro desafio: a fixação de pessoal. "A gente tinha uma métrica de acompanhamento: a cada 35 dias, um professor saía de Barreiras", recorda. "A nossa situação não é a mais favorável. O ano de 2023 e esse início de 2024 têm sido muito difícil para a reconstrução de tudo o que foi desmontado nos últimos seis anos", destacando também a queda do número de estudantes, resultado da



crise deflagrada com a pandemia de Covid, da qual a universidade ainda não se recuperou.

O professor Naomar Almeida, reitor da UFBA quando da implantação do Reuni - política decisiva para a expansão do ensino superior, destacou a expansão das vagas: em 2002, eram 60 mil vagas de ensino superior na Bahia - das quais 20 mil públicas. No ano de 2020, eram 450 mil vagas, sendo 106 mil públicas. O ex-reitor convoca a ampliar o olhar para a análise também das instituições estaduais e privadas. "Temos uma redução quantitativa na presença do ensino público do nível universitário", explicou, destacando o lugar que a Educação à Distância assume.

Representando o IFBA, o professor Marcos Gilberto remontou a criação da instituição. Com 36 mil estudantes no es-

tado, 90 cursos, 1700 docentes e 1000 TAEs, o IFBA segue em expansão. "A luta pela assistência estudantil e pela melhoria do orçamento não cessa quando cessar a luta salarial. Ela precisa continuar a cada ano porque a LOA é anual. É papel nosso que continuemos - porque a gente não começou a fazer isso agora - a lutar pela disputa do orçamento e continuar a mobilização para sensibilizar a sociedade para que o orçamento do ensino federal seja não apenas recomposto, mas avance."

Diante desse cenário, cabe a Apub promover uma ação sindical que conjugue, a partir da escuta e aproximação com a base, as pautas locais e as especificidades dos *campi* na Bahia, com a luta mais ampla por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, por direitos e pela Democracia.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO